

## Mercado de Trabalho no Brasil no Pós-Pandemia

Fernando Veloso, Fernando de Holanda Barbosa Filho, Paulo Peruchetti e Janaína Feijó

### 1. Introdução

A eclosão da pandemia de Covid-19 gerou uma série de efeitos adversos sobre o mercado de trabalho brasileiro, em especial sobre o emprego. Em particular, no ano de 2020, fase mais crítica da pandemia, os dados da Pnad Contínua disponibilizados pelo IBGE mostraram que houve uma forte queda na população ocupada, em especial dentre os informais, de baixa escolaridade e com menor proteção social. Ao longo de 2021, passada a fase mais aguda da pandemia, os sinais de recuperação do mercado de trabalho brasileiro começaram a aparecer, tendo a população ocupada informal se recuperado com mais força que a população ocupada formal.<sup>1</sup>

Este processo de melhora do mercado de trabalho se manteve ao longo de 2022, porém com uma dinâmica qualitativamente diferente. Em particular, um fato interessante, que será explorado em mais detalhes ao longo deste artigo, é que desde 2022 tem havido uma maior contribuição do emprego formal para a dinâmica agregada do emprego.

Este fato é corroborado pela melhora no saldo do emprego formal, obtido a partir dos dados do Novo Caged, disponibilizados pelo Ministério do Trabalho, e cujos resultados também iremos explorar a fim de complementar a análise do mercado de trabalho formal.

Por fim, discutiremos a dinâmica de recuperação do rendimento do trabalho no período pós-pandemia. Em particular, os dados mostram que após a forte queda observada ao longo de 2021, o rendimento real começou a apresentar sinais de recuperação de forma gradual, alcançando em 2023 o patamar observado antes da crise sanitária. Neste sentido, a partir de um exercício de decomposição de variação da renda, faremos simulações contrafactuais para quantificar a parcela do aumento observado na renda que decorreu de uma melhora da composição educacional da população ocupada e quanto pode ser explicado por um aumento do nível de renda dos trabalhadores dentro de cada grupo educacional.

A partir desta análise, esperamos contribuir para o debate examinando de forma detalhada a dinâmica do mercado de trabalho brasileiro no pós-pandemia. Além desta introdução, o artigo está organizado da seguinte forma. A segunda seção apresenta a dinâmica de recuperação do emprego no pós-pandemia a partir dos dados

---

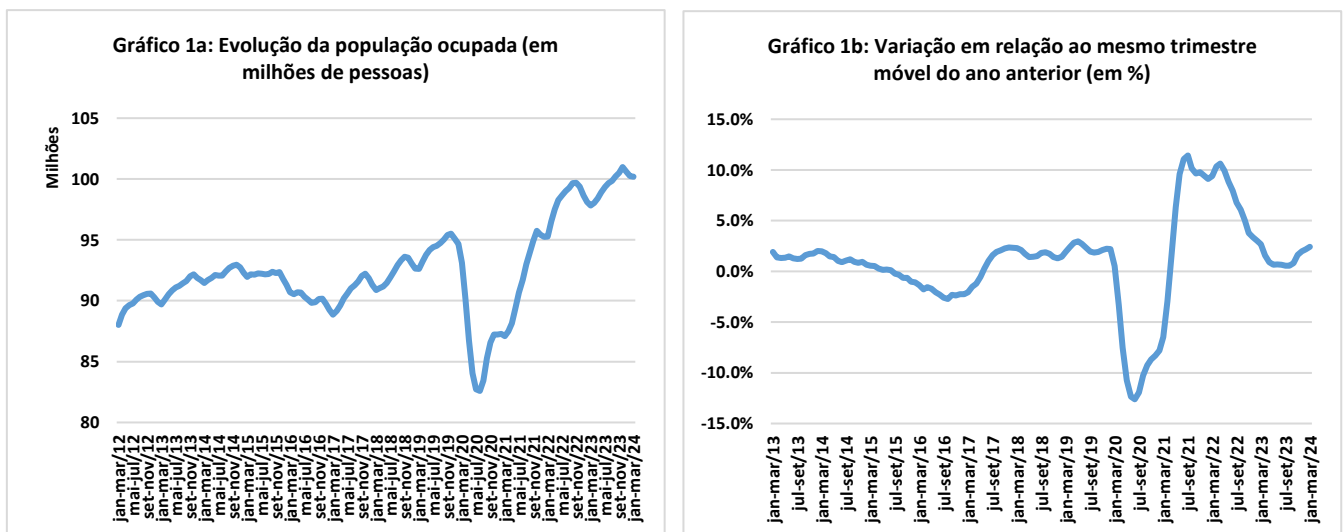
<sup>1</sup> Este ponto foi discutido em detalhes em Veloso e Barbosa Filho (2022), cujo artigo pode ser encontrado no Observatório da Produtividade Regis Bonelli através do link: <https://ibre.fgv.br/observatorio-produtividade/artigos/mercado-de-trabalho-no-brasil-evolucao-efeitos-da-pandemia>

da Pnad Contínua. A terceira seção analisa a dinâmica do mercado de trabalho formal no pós-pandemia com base nos dados do Novo Caged. A quarta seção mostra a evolução do rendimento do trabalho no pós-pandemia. E por fim, na quinta seção, apresentamos as conclusões do artigo.

## 2. Dinâmica de recuperação do emprego no pós-pandemia a partir dos dados da Pnad Contínua

O mercado de trabalho brasileiro foi fortemente impactado pela pandemia de Covid-19. Os efeitos da crise sanitária sobre a população ocupada foram bem maiores do que os observados na recessão ocorrida entre 2014 e 2016 (Gráfico 1).

Gráfico 1: Evolução da população ocupada no Brasil e crescimento em relação ao mesmo trimestre móvel do ano anterior.



Fonte: Elaboração FGV IBRE com dados da Pnad Contínua.

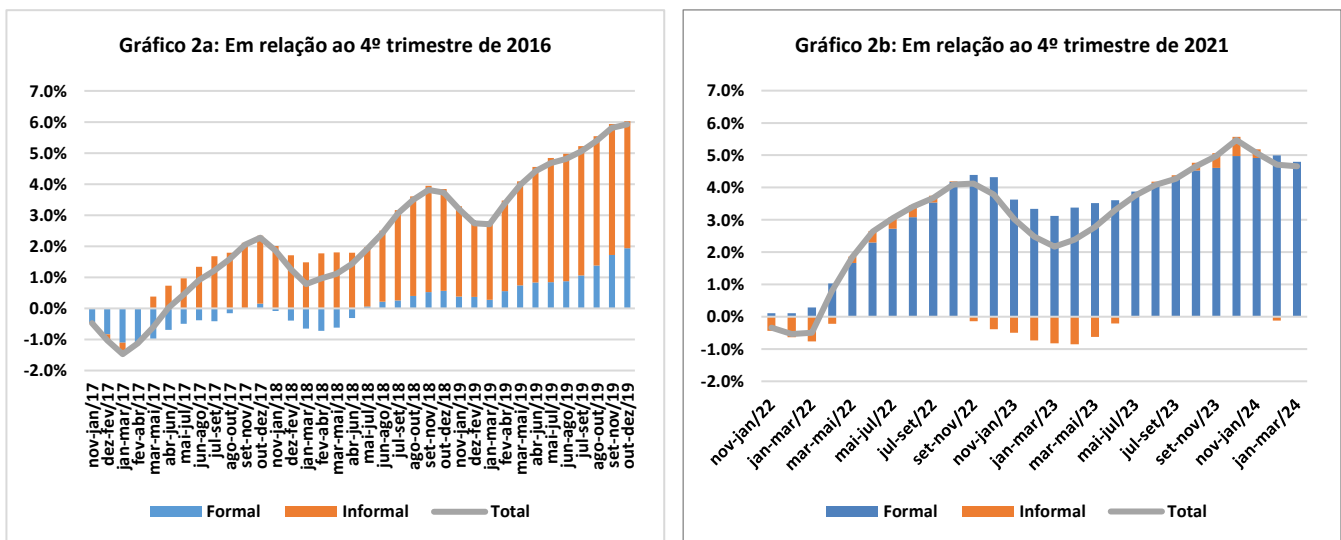
O Gráfico 1a mostra que a população ocupada, que vinha crescendo entre 2017 e 2019, recuperando a perda causada pela recessão ocorrida entre 2014 e 2016, caiu para níveis historicamente baixos em meados de 2020. Em particular, após alcançar a marca de 95,5 milhões de pessoas no final de 2019, a população ocupada caiu para 82,6 milhões de pessoas no trimestre móvel encerrado em agosto de 2020. Em 2021, iniciou-se um processo de recuperação do emprego, que se manteve nos anos subsequentes, atingindo 100,2 milhões de pessoas no trimestre móvel encerrado em março de 2024.<sup>2</sup>

<sup>2</sup> Uma outra forma de mensurar a melhora do mercado de trabalho é a partir da análise do nível de ocupação, obtida pela razão entre a população ocupada e a população em idade de trabalhar. Os dados mostram que o nível de ocupação passou de 56,5% no último trimestre de 2019 para 48,5% em meados de 2020. Em função do aumento da população ocupada, houve uma forte recuperação do nível de ocupação. Em particular, no trimestre móvel encerrado em março de 2024 ele

Apesar da população ocupada ter crescido ao longo dos últimos anos, a velocidade com que este crescimento tem ocorrido vem diminuindo. O Gráfico 1b, que apresenta a taxa de variação em relação ao mesmo trimestre móvel do ano anterior, mostra que houve forte desaceleração no crescimento do emprego ao longo de 2023. Em 2024, a taxa de variação interanual da população ocupada aumentou um pouco (crescimento de 2,4% no trimestre móvel encerrado em março de 2024). Embora esteja bem abaixo do observado nos anos de 2021 e 2022, é próximo do observado entre 2018 e 2019.

Uma questão que se coloca é se o crescimento do emprego ao longo dos últimos anos foi caracterizado pelo aumento de ocupações formais ou informais. Para responder a esta pergunta, fizemos uma decomposição da variação da população ocupada em dois momentos distintos. Primeiro, entre o quarto trimestre de 2016 e o quarto trimestre de 2019, que corresponde à recuperação da recessão de 2014-2016. Segundo, entre o quarto trimestre de 2021 e o primeiro trimestre de 2024, que abrange a recuperação da pandemia. A ideia é observar se houve alguma mudança de padrão na geração de ocupações formais e informais após esses episódios recessivos.<sup>3</sup> O Gráfico 2 apresenta os resultados.

**Gráfico 2: Decomposição da variação acumulada da população ocupada em relação aos períodos selecionados**



alcançou a marca de 57%, bem maior que o observado em 2020 e ligeiramente mais elevado que o observado no quarto trimestre de 2019.

<sup>3</sup>A população ocupada informal é definida da seguinte forma: empregado no setor privado sem carteira de trabalho assinada; empregado doméstico sem carteira de trabalho assinada; empregador sem registro no CNPJ; trabalhador por conta própria sem registro no CNPJ e trabalhador familiar auxiliar. Já a população ocupada formal é definida da seguinte forma: empregado no setor privado com carteira de trabalho assinada; empregado doméstico com carteira de trabalho assinada; empregado no setor público com carteira de trabalho assinada; empregado no setor público sem carteira de trabalho assinada; militar ou funcionário público estatutário; empregador com registro no CNPJ e trabalhador por conta própria com registro no CNPJ.

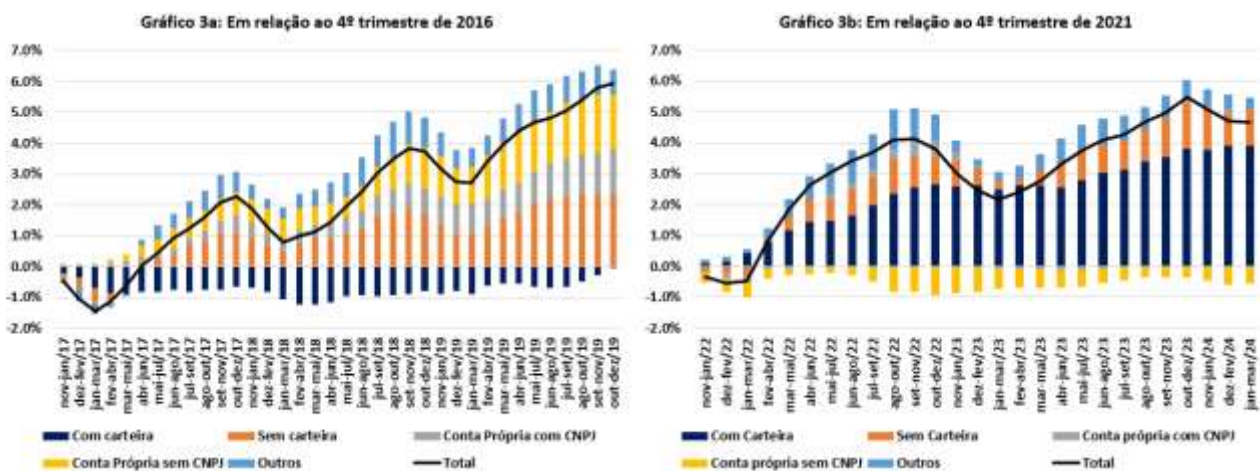
Fonte: Elaboração FGV IBRE com dados da Pnad Contínua.

Podemos observar no Gráfico 2a que a dinâmica da recuperação da população ocupada após a recessão de 2014-2016 se deu majoritariamente pela melhora no emprego informal. Em particular, a população ocupada informal contribuiu com quase 70% do crescimento acumulado do emprego de 5,9% entre o quarto trimestre de 2016 e o quarto trimestre de 2019. Vale ainda destacar que a população ocupada formal só passou a ter contribuição positiva depois de meados de 2018.

O Gráfico 2b mostra que o padrão de recuperação da pandemia entre o quarto trimestre de 2021 e o primeiro trimestre de 2024 foi muito diferente do observado após a recessão de 2014-2016, com predominância da geração de ocupações formais para o crescimento acumulado de 4,7% em relação ao último trimestre de 2021.

Uma análise mais detalhada revela quais foram as categorias de ocupação que mais contribuíram para a dinâmica do emprego na saída das duas crises. Para isso, desagregamos os dados de modo a entender a contribuição de categorias importantes, como trabalhadores com carteira de trabalho assinada, trabalhadores sem carteira de trabalho assinada e trabalhadores por conta própria que possuem ou não um CNPJ (Gráfico 3).

**Gráfico 3: Decomposição da variação acumulada da população ocupada em relação aos períodos selecionados**



Fonte: Elaboração FGV IBRE com dados da Pnad Contínua.

Os dados mostram uma clara mudança de padrão na contribuição de cada uma das categorias de ocupação. Em primeiro lugar, podemos notar que na saída da recessão de 2014-2016, os trabalhadores com carteira de trabalho assinada contribuíram negativamente para a dinâmica de recuperação do emprego. Ao longo deste período, os grandes motores do crescimento da população ocupada foram os trabalhadores sem carteira

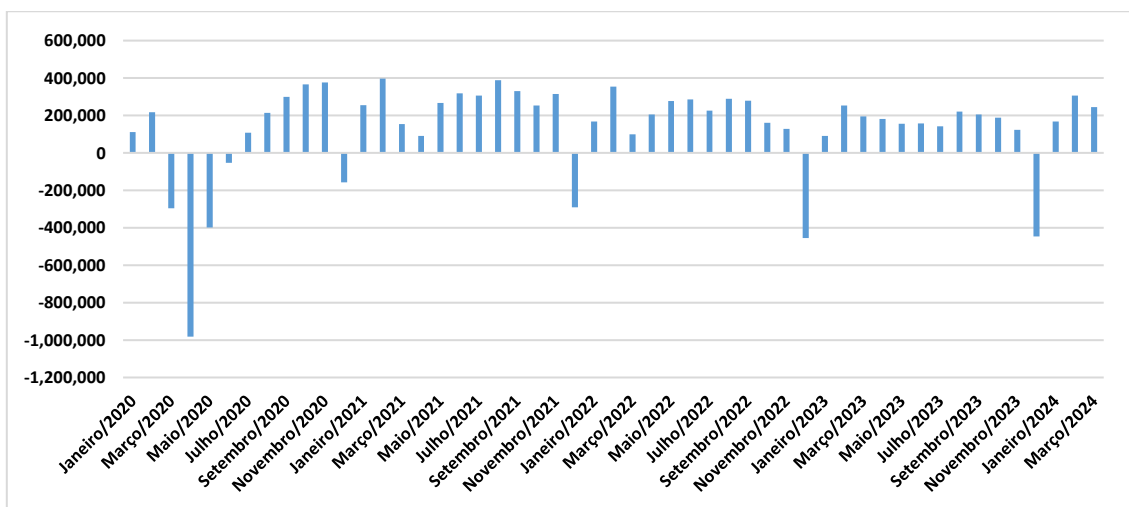
assinada e os trabalhadores que trabalham por conta própria sem CNPJ, que são modalidades de ocupações informais.

Esse padrão mudou drasticamente na saída da crise sanitária, em função da contribuição elevada dos trabalhadores com carteira assinada, além da contribuição negativa daqueles que trabalham por conta própria e não possuem CNPJ. Vale notar ainda que apesar da contribuição dos trabalhadores sem carteira assinada ter se mantido positiva na saída da crise sanitária, ela tem sido menor quando comparada com a observada após a recessão de 2014-2016.

### 3. Dinâmica do mercado de trabalho formal no pós-pandemia com base nos dados do Novo Caged

O bom desempenho do mercado de trabalho formal observado a partir da Pnad Contínua é corroborado pelos dados do Novo Caged. O Gráfico 4 mostra a evolução do saldo de emprego formal desde janeiro de 2020, que corresponde ao início das informações do Novo Caged.

Gráfico 4: Evolução do saldo do Novo Caged



Fonte: Elaboração FGV IBRE com dados do Novo Caged.

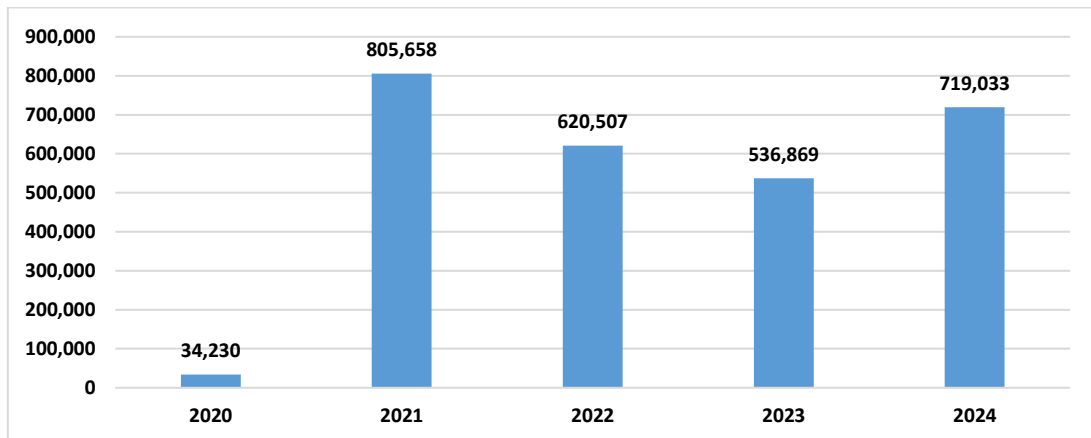
Os dados do Novo Caged mostram uma melhora no saldo de emprego formal desde 2020, que foi o ano mais crítico da pandemia. Em particular, após dois meses de criação de emprego formal em 2020, o saldo foi negativo entre os meses de março e junho, o que contribuiu para que o saldo do ano fosse negativo (-191,7 mil).

Passada esta fase mais crítica da pandemia, houve uma melhora no saldo de emprego formal do Novo Caged. Apesar dos valores negativos em dezembro de cada ano, algo característico deste mês em função do número

maior de desligamentos no final do ano, o saldo acumulado nos anos de 2021, 2022 e 2023 foram positivos e da ordem de 2,8 milhões, 2,0 milhões e 1,5 milhões, respectivamente.

Os três primeiros meses de 2024 surpreenderam positivamente, principalmente quando comparamos o primeiro trimestre de 2024 com o primeiro trimestre dos anos anteriores, tal como feito no Gráfico 5.

**Gráfico 5: Evolução do saldo de emprego formal no primeiro trimestre de cada ano**



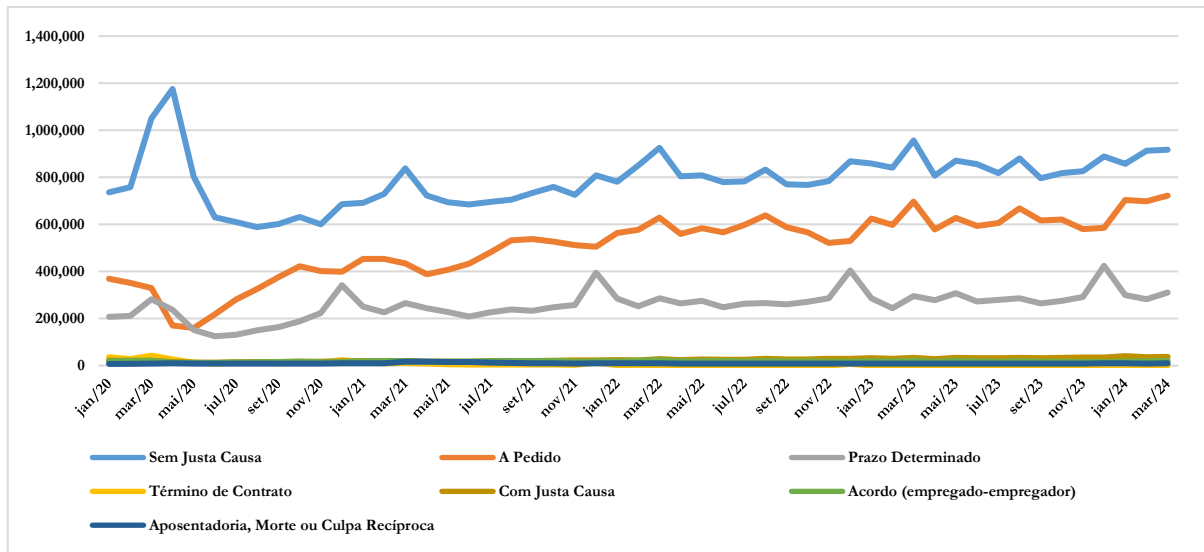
Fonte: Elaboração FGV IBRE com dados do Novo Caged.

Tomando-se os números dos primeiros trimestres de cada ano, percebe-se que, em 2024, o mercado de trabalho formal tem surpreendido positivamente. Enquanto no primeiro trimestre de 2021 foram geradas 806 mil vagas, em 2022 e 2023 esse número baixou para 621 mil e 537 mil vagas, respectivamente. Já em 2024 foram criadas 719 mil vagas somente nos três primeiros meses do ano – número superior ao observado no ano passado, período de normalização do mercado de trabalho, e ao observado em 2022, período de saída da crise causada pela pandemia de Covid-19.

Outro dado que chama atenção é o aumento no número de desligamentos feitos a pedido do próprio trabalhador. O Gráfico 6 mostra a evolução dos motivos de desligamentos desde o início de 2020 até março de 2024.

Os dados mostram que dentre os motivos de desligamento analisados desde 2020, destacam-se os desligamentos sem justa causa, os desligamentos feitos a pedido do próprio trabalhador e os desligamentos por prazo determinado.

Gráfico 6: Evolução dos motivos de desligamento.



Fonte: Elaboração FGV IBRE com dados do Novo Caged.

Um fato que chama a atenção é que o número de desligamentos feitos a pedido do próprio trabalhador saltou de 369 mil em janeiro de 2020 para 722 mil em março de 2024. Em consequência, dos 1,9 milhões de desligamentos feitos em março de 2024, quase 37% foram feitos a pedido do próprio trabalhador. Este percentual aumentou de forma significativa, tendo em vista que em janeiro de 2020 eles representavam cerca de 26% do total de desligamentos.

Esse crescimento dos desligamentos feitos a pedido do próprio trabalhador pode indicar que os trabalhadores estão confiantes em relação à possibilidade de conseguirem admissões em outros postos de trabalho formais que ofereçam melhores remunerações.

As análises feitas até o momento mostram que há um fortalecimento do mercado de trabalho formal ao longo dos últimos anos. Esse padrão é muito diferente do observado entre 2017 e 2019 que, como visto na seção anterior, foi caracterizado por aumento da informalidade. Várias hipóteses podem explicar esse processo recente de formalização. Em particular, um estudo recente encontra evidências de que a redução de processos na Justiça do Trabalho decorrentes da reforma trabalhista de 2017 contribuiu para a geração de empregos formais (Corbi et al., 2022).<sup>4</sup>

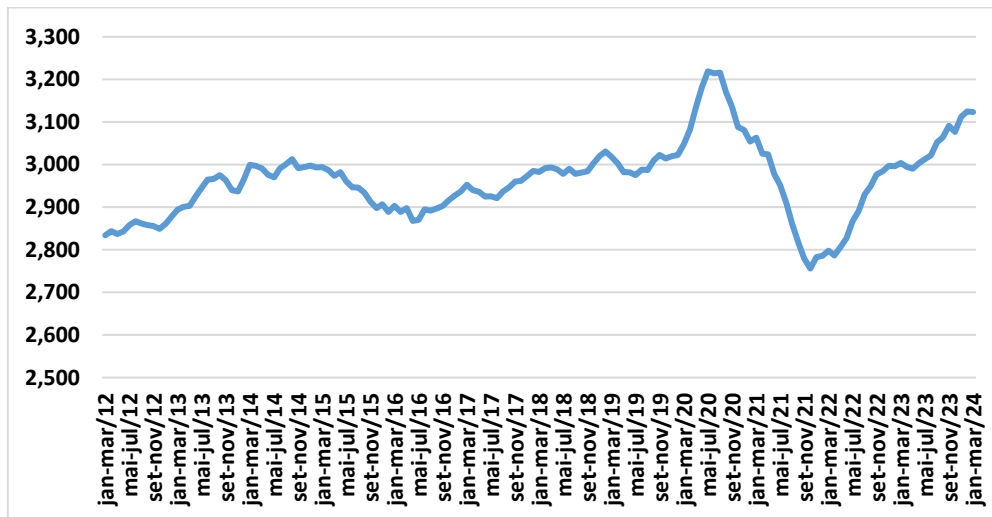
<sup>4</sup> Corbi, R., Ferreira, R., Narita, R. e Souza, D. (2022). "Labor Courts, Job Search and Employment: Evidence from a Labor Reform in Brazil. Disponível em: <https://doity.com.br/media/doity/submissoes/artigo-b51a3225c9e49933834b7b848a6ff918b11798f0-arquivo.pdf>

Também é possível que outras reformas implementadas nos últimos anos, como as do mercado de crédito, tenham contribuído para a expansão de empresas formais (com CNPJ), que tendem a contratar trabalhadores formais (com carteira de trabalho). Esta melhora na formalização, aliada ao fato de que empresas formais são muito mais produtivas que as informais, pode ter contribuído para o aumento da produtividade do trabalho observado em 2023.<sup>5</sup>

#### 4. Dinâmica do rendimento do trabalho no pós-pandemia

Por fim, iremos analisar a dinâmica do rendimento do trabalho, dando ênfase especial ao período pós-pandemia. O Gráfico 7 mostra a evolução do rendimento médio real habitualmente recebido em todos os trabalhos desde 2012.

Gráfico 7: Evolução do rendimento médio real habitualmente recebido (R\$ do primeiro trimestre de 2024)



Fonte: Elaboração FGV IBRE com dados da Pnad Contínua.

Tal como exposto no Gráfico 7, ocorreu uma forte queda do rendimento real durante a recessão de 2014-2016, após um período de crescimento da renda entre 2012 e 2014. Entre 2017 e 2019 ocorreu uma recuperação gradual da economia, que favoreceu o aumento da renda nesse período.

Em 2020, muitos trabalhadores informais e de baixa escolaridade perderam o emprego em função da pandemia, e esta mudança de composição favoreceu o aumento da renda observado neste ano. No entanto,

<sup>5</sup> Os ganhos de produtividade em 2023 foram concentrados na agropecuária, o que sugere que o aumento do ano passado pode ter sido temporário. Por outro lado, o processo de formalização dos postos de trabalho aponta para a possibilidade de ganhos mais duradouros. Para mais detalhes sobre os resultados dos indicadores de produtividade ao longo de 2023 acesse o Observatório da Produtividade Regis Bonelli através do link: <https://ibre.fgv.br/observatorio-produtividade/artigos/categorias/relatoriosnotas-tecnicas>



passada a fase mais crítica da pandemia, a renda do trabalho passou a cair, tendo diminuído de R\$ 3.216 no trimestre móvel terminado em setembro de 2020 para R\$ 2.756 no final de 2021.

Desde 2022, foi possível observar uma melhora do rendimento do trabalho, mas apenas no início de 2023 alcançou o patamar observado no final de 2019. Ao longo de 2023 e início de 2024, a renda continuou a aumentar, alcançando R\$ 3.123 no trimestre móvel encerrado em março de 2024, acima do nível observado no final de 2019.

A fim de entendermos melhor este aumento do rendimento observado no período recente, elaboramos um exercício de decomposição de variação da renda. Especificamente, podemos decompor a variação do rendimento do trabalho em dois componentes: um componente relacionado à mudança do nível do rendimento em cada grupo educacional (efeito nível) e outro componente relacionado à variação do rendimento decorrente da mudança da composição educacional da população ocupada (efeito composição).

A Tabela 1 mostra a decomposição da variação do rendimento do trabalho para alguns períodos selecionados. Nota-se que houve um crescimento de 4,0% da renda entre o primeiro trimestre de 2023 e o primeiro trimestre de 2024. Neste período, o componente relacionado à melhora na composição da população ocupada (efeito composição) contribuiu com 33,7% desta variação. Já quando analisamos o crescimento do primeiro trimestre de 2024 em relação ao último trimestre de 2023, os dados indicam uma contribuição de 37,1% da melhora educacional para o aumento da renda real de 1,5% ao longo deste período.

**Tabela 1: Decomposição da variação do rendimento médio real habitualmente recebido**

Período	Nível	Composição	Total
2023q1-2024q1 (variação em %)	2,6%	1,3%	4,0%
Contribuição	66,3%	33,7%	100,0%
2023q4-2024q1 (variação em %)	0,9%	0,5%	1,5%
Contribuição	62,9%	37,1%	100,0%
2019q4-2024q1 (variação em %)	-2,0%	5,7%	3,6%
Contribuição	-56,6%	156,6%	100,0%

Fonte: Elaboração FGV IBRE com dados da Pnad Contínua.

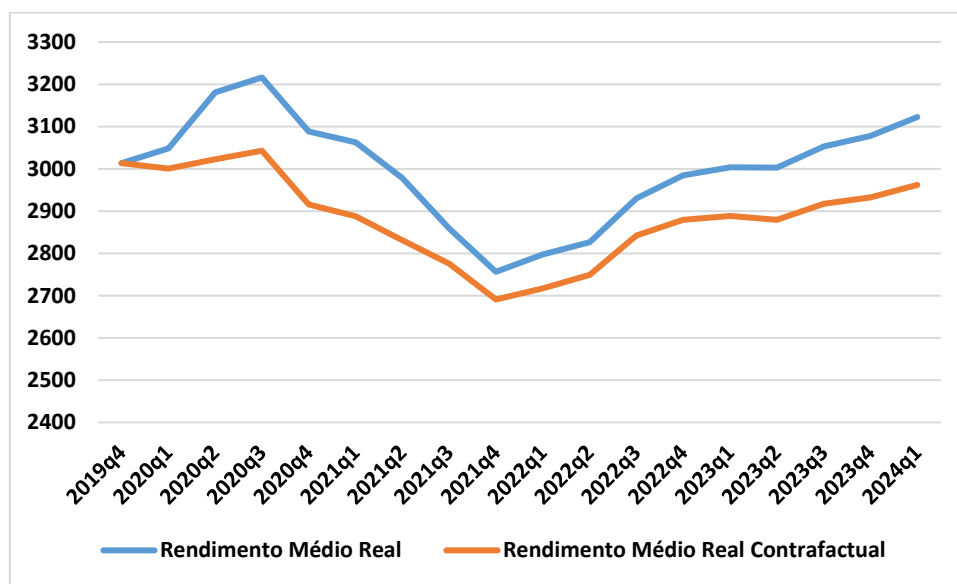
Apesar do efeito nível ter tido um peso relevante na melhora da renda no período mais recente, uma parcela significativa do crescimento do rendimento pode ser explicada por uma melhor composição educacional da população ocupada.

Esse fato fica ainda mais evidente quando analisamos o crescimento acumulado da renda em relação ao pré-pandemia. A Tabela 1 mostra que a renda do trabalho cresceu 3,6% no primeiro trimestre de 2024 em comparação com o último trimestre de 2019. Neste período, a melhoria educacional da população ocupada

(efeito composição) teve uma contribuição de 5,7% para o aumento acumulado da renda de 3,6% no período, mais do que compensando a queda do rendimento real dentro de cada grupo educacional (efeito nível) de 2,0%.

O Gráfico 8 apresenta os resultados de um exercício contrafactual da evolução do rendimento habitual real, no qual comparamos o rendimento médio real obtido na Pnad Contínua com aquele que teria ocorrido se não tivesse havido a mudança educacional da população ocupada durante a pandemia. Para isso, fixamos a composição educacional da população ocupada igual à observada no quarto trimestre de 2019.

**Gráfico 8: Exercício contrafactual do rendimento habitual real do trabalho (Em R\$ do 1º trimestre de 2024)**



Fonte: Elaboração FGV IBRE com dados da Pnad Contínua.

O Gráfico 8 mostra que, caso a composição educacional da população ocupada observada no quarto trimestre de 2019 tivesse se mantido constante ao longo dos últimos anos, o crescimento da renda teria sido menor, e em março de 2024 o rendimento real ainda estaria abaixo do observado no nível pré-pandemia. Em particular, o crescimento acumulado entre o quarto trimestre de 2019 e o quarto trimestre de 2023 foi de 3,6%. No entanto, no caso do rendimento contrafactual, haveria queda de 2,0% da renda ao longo deste período.

## 5. Conclusão

Este artigo mostra que a recuperação do mercado de trabalho brasileiro no pós-pandemia tem sido caracterizada por uma importante mudança de padrão em comparação com a recuperação observada na saída da recessão de 2014-2016.

Em particular, enquanto a recuperação das ocupações após a recessão de 2014-2016 se deu majoritariamente pelo emprego informal, em especial com aumento do número de trabalhadores sem carteira de trabalho assinada e que trabalham por conta própria e não possuem CNPJ, a recuperação do mercado de trabalho na saída da crise causada pela pandemia de Covid 19 tem sido caracterizada pelo crescimento das ocupações formais, em especial o emprego dos que trabalham com carteira de trabalho assinada.

Esta melhora do emprego formal também tem sido observada nos dados do Novo Caged. Em particular, ocorreu uma forte geração de vagas formais no primeiro trimestre de 2024, consideravelmente acima do observado em 2022 e 2023, indicando um mercado de trabalho formal mais forte no início deste ano.

Outro fato que corrobora este padrão é o aumento recente no número de desligamentos feitos a pedido dos próprios trabalhadores, que pode indicar que os trabalhadores estão confiantes em relação à possibilidade de conseguirem admissões em outros postos de trabalho formais que ofereçam melhores remunerações.

Por fim, no que diz respeito à renda do trabalho, simulações contrafactuais mostram que uma parcela significativa da recuperação da renda real do trabalho no pós-pandemia, em particular em 2023, pode ser explicada por uma melhora da composição educacional da população ocupada.